



América Latina: Estado e reformas numa perspectiva comparada

Latin America: State and reformation in a confrontation perspective

KRAWCZYK, Nora Rut; WANDERLEY, Luiz Eduardo. (Org.). **América Latina:** Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003.

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

232

O livro *América Latina: estado e reformas numa perspectiva comparada* reúne artigos de especialistas da área de Políticas Públicas nacionais e internacionais. Fruto de um Seminário realizado pela PUC/São Paulo, em 2002, denominado "Estado e Políticas Públicas na América Latina", o livro apresenta reflexões críticas sobre o impacto da política neoliberal em implantação nos países da Região, evidenciando principalmente, suas repercussões no campo educacional. A leitura é recomendada para estudantes e profissionais que se interessam pela temática e para aqueles que desejam conhecer com mais detalhe os delineamentos propostos, por organismos internacionais, para a política educacional em países da América Latina e particularmente no Brasil.

A primeira parte do livro analisa a reforma educacional em implantação na América Latina, enfatizando o predomínio das idéias neoliberais e o redimensionamento do papel do Estado. As reflexões evidenciam que essas novas diretrizes ocasionaram políticas descentralizadas, privatizantes e focalizadas com grande repercussão no campo social. Essa temática é abordada com muita propriedade pelo cientista político argentino Atílio Boron, no capítulo intitulado *El Estado y las "reformas del Estado orientadas al mercado". Los "desempeños" de la democracia en América Latina*. O autor faz um balanço crítico sobre as principais repercussões da política educacional em implantação na região, com destaque para os aspectos negativos da aplicação do receituário neoliberal. No seu entendimento, os resultados comprometeram o



ideário democrático dos países, agravaram os índices de desemprego, transformaram a educação em serviços e aumentaram a exclusão da população dos serviços sociais básicos, fazendo crescer cada vez mais o *gap* entre os ricos e os pobres.

A análise realizada pelo autor se contrapõe ao balanço feito pelos economistas do Banco Mundial que apresentam uma visão bastante positiva da implantação dessas reformas na América Latina. Na opinião desses economistas, mesmo que os ajustes estruturais tenham tido um preço e que na maioria dos países tenha havido algum tipo de oposição política, as reformas efetuadas criaram uma nova estrutura econômica nesses países que já começa a dar frutos. Na visão de Atílio Boron, esse balanço é bastante complacente, pois não se pode perder de vista a questão da justiça social e os valores da democracia perseguidos pelos países da América Latina. Por isso é importante perguntar: quem foram os perdedores que pagaram esses custos? De que magnitude foi o preço? Por que os mais pobres foram desfavorecidos e não os outros?

Ao fazer os comentários sobre a palestra de Atílio Boron, o brasileiro Sérgio Haddad reconhece que, no tocante aos países da América Latina, houve um retrocesso das políticas de desenvolvimento, levando esses países a um reencontro com a sua condição de países do Terceiro Mundo, prestes a ingressar no Quarto Mundo. Segundo o autor, isso ocorreu por haver um descolamento entre os temas da política, da economia e do social. Nesse contexto, tanto a macroeconomia quanto o Estado estão afeitos apenas a lidar com as temáticas de natureza econômica, preservando as condições para que o mercado possa funcionar.

A lógica do desenvolvimento social não está incorporada ao modelo de desenvolvimento econômico, o que tem contribuído para que os direitos conquistados sejam empurrados para a esfera do "possível". Nessa lógica, a reforma educacional lançou mão de estratégias de contenção de custos, crescimento do atendimento à demanda sem aumento das despesas, procurando subordinar o sistema educacional às orientações e necessidades prioritárias da economia. A relação entre educação e desenvolvimento tem-se modificado no atual contexto. Antes da implantação das políticas neoliberais, havia uma preocupação com a formação das camadas populares, tais valores foram perdendo seu significado, pois a educação tem sido vista de modo bastante restrito, apenas como fator instrumental para a competitividade da



economia e para situar os indivíduos no mercado influenciado pelas orientações internacionais.

A segunda parte do livro ao referir-se às questões de natureza da investigação comparativa, traz um artigo escrito pelo prof. Hugo Zemelman, da Universidade do México, intitulado, *Algunas reflexiones metodológicas a partir del problema de las investigaciones comparativas*. O autor coloca em destaque algumas preocupações com a utilização da metodologia comparativa, considerando a sua complexidade. No seu entendimento, comparar distintas realidades em contextos sociais, econômicos e culturais diversos, torna-se uma tarefa extremamente complexa e raramente tem trazido resultados confiáveis e recomendáveis, principalmente quando se tem como objeto de estudo, a reforma educacional implantada nos diferentes países da América Latina. A amplitude desse objeto envolve a estrutura econômica, social, política e cultural de vários países e não pode simplesmente ser reduzida a um fator ou a uma variável isolada. Para o autor, o Banco Mundial, ao analisar comparativamente as reformas educativas em implantação, não utiliza uma concepção científica de educação, não obedece a uma teoria, mas sim, a um modelo ideológico que impõe respostas a perguntas não formuladas, que não faz diagnósticos reais, ignora as demandas dos grupos sociais e baseia-se em dicotomias inapropriadas.

234

Nas análises comparativas, ainda é preciso considerar que, quando usamos modelos, não estamos refletindo uma realidade, mas sim, fazendo a leitura de um ângulo particular dessa realidade. Essa constatação é preocupante, principalmente, se o objeto de comparação diz respeito a políticas públicas de educação dos diferentes países e das diferentes realidades. O autor chama atenção para o fato de que as políticas definidas para os países têm que partir de um diagnóstico real das demandas da população. Os diagnósticos têm que reconhecer as potencialidades do contexto. Não se trata de ajustar contextos históricos e sociais às normativas de um modelo, por mais que existam fundamentos teóricos.

O professor Reginaldo Moraes, da UNICAMP, tecendo comentários ao artigo do prof. Zemelman, sublinha algumas preocupações colocadas pelo autor, entre elas, a advertência da idéia de comparação e o que está subjacente a essa idéia, ou seja, a comparação de objetos e situações. Na visão do comentarista, subjacente a um modelo comparativo está uma norma oculta, um julgamento embutido que compromete a análise realizada. Todo



modelo analítico seleciona aspectos da realidade que considera relevante e isso conduz a respostas parciais que não contemplam toda a complexidade e a problemática pesquisada. Na sua ótica, o que existe em comum e identificável nas diferentes variantes de reforma educacional recomendada pelos organismos multilaterais, principalmente pelo Banco Mundial, é que os modelos respondem a determinado modo de entender a integração das diferentes esferas do mundo numa realidade mundial hierarquizada, na qual os países em desenvolvimento têm um lugar definido.

Para concluir, o livro traz o artigo *Estudos comparados nas análises sobre política educacional na América Latina* das professoras Nora Krawczyk e Vera Lúcia Vieira, que destaca de forma clara o caráter homogeneizador dessas reformas. Na opinião das autoras, o marco teórico dessas diretrizes pode ser encontrado nos documentos oriundos da Conferência de Educação para Todos realizada em Jomtien (1990) e na orientação dos organismos internacionais. Ressaltam, ainda, que apesar da unicidade das políticas educacionais vigentes, observa-se uma diferenciação da implantação dessas políticas na região decorrente dos embates entre as diretrizes estabelecidas e a concretude social das mesmas.

Implantadas essas políticas, têm-se defrontado com a heterogeneidade de própria de cada país, expressão de sua cultura, ou seja, de suas formas particulares de realização societária, na produção de seres sociais específicos. Essas diferenças são determinantes para explicar por que as reformas em implantação nos países da América Latina alcançaram resultados diferentes ou foram mais bem sucedidas em uns países que em outros. Há diferenças substantivas nas reformas implantadas no Chile, no Brasil, na Argentina, entre outros. Para as autoras, isso se explica por vários fatores, entre eles, a organização histórica dos sistemas de educação nos diferentes países, as práticas associativas vigentes e a influência dos partidos políticos e dos sindicatos. De tal diversidade na configuração da processualidade histórica de cada um desses países resultou que diferentes segmentos da sociedade, ao longo de todo o século XX, apresentassem demandas distintas, constituindo-se inter-relações específicas desses com o Estado.

As questões apresentadas no livro *América Latina: estado e reformas numa perspectiva comparada* advertem os educadores sobre a importância e necessidade de aprofundar os estudos a respeito dos impactos das políticas educacionais em implantação nos diversos países latino-americanos.



A compreensão do alcance dessas políticas dar-se-á na medida em que se considerar a visão de totalidade dos fatores que determinam a forma de agir de uma determinada sociedade e as particularidades de cada país, pois as mesmas são determinantes da operacionalização dessas políticas. Ao se comparar os modelos adotados nos diferentes países para a implantação de reformas educacionais deve-se procurar desmistificar o caráter homogeneizador das mesmas que apenas tem servido para legitimar a política dos organismos multilaterais que apresenta um modelo de reforma instrumental, de caráter técnico com a finalidade otimizar os gastos com a educação.

Profa. Dra. Alda Maria Duarte Araújo Castro
Departamento e Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Integrante da Linha de Pesquisa: Política e Práxis da Educação
E-mail | alda@digi.com.br

236

Recebido 13 out. 2006

Aceito 15 out. 2006